

Jornalismo, política e meio ambiente:

uma análise do modo como o portal da *Folha de S. Paulo* tratou a pauta ambiental no discurso dos principais candidatos à Presidência brasileira de 2010

Fernanda de Cássia Toussaint Alvim¹

Odila Valle de Carvalho Oliveira²

Resumo: Este artigo discute – através da análise do tratamento dado pela *Folha de S. Paulo Online* aos temas relacionados ao meio ambiente no discurso dos candidatos à Presidência da República em 2010 – como, embora tais temas venham ganhando destaque nos últimos anos devido à crescente consciência dos efeitos negativos da massiva exploração dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico de várias regiões, ainda precisam se difundir mais para alcançarem o status de importância primordial que os problemas exigem. Para desenvolvê-la, recorreu-se a textos que tratam do surgimento da preocupação ambiental no mundo e no Brasil e como estes problemas podem comprometer a sobrevivência de milhares de espécies, caso não recebam a devida atenção da sociedade, em especial dos governantes, responsáveis por garantirem a ordem física e natural do território que representam.

Palavras-chave: Meio ambiente, Política e Comunicação

Abstract: This article discusses - through analysis of the treatment given by the *Folha de S. Paulo Online* topics related to the environment in the speech of candidates for the presidency in 2010 - although these issues come to prominence in recent years due to growing awareness of the negative effects of the massive exploitation of natural resources for economic development in various regions Still need to spread more to achieve the status of paramount importance that the issues require. To develop it, texts were appealed to, dealing with the emergence of environmental concern worldwide and in Brazil and how these problems can jeopardize the survival of thousands of species, should not receive due attention of society, especially the government, responsible for ensuring the physical and natural territory they represent.

¹ Jornalista pelo Centro Universitário de Belo Horizonte - Uni-BH; fessnandatoussaint@gmail.com.

² Mestre em Ciências Política pela Faculdade Ciências Sociais, México. Professora Titular do Centro Universitário Belo Horizonte; odilavalle@hotmail.com.

Keywords: Environment, Politics and Communication

Introdução

Nos últimos anos, os assuntos referentes ao meio ambiente têm sido constantemente debatidos por grande parcela da sociedade, em especial as pessoas ligadas às entidades que trabalham em prol da causa ambiental como ONGS (Organizações não Governamentais), Fundações, OSCIPS (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), entre outros. Entretanto, desde o início da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII, os problemas ambientais já se colocavam. O próprio aparecimento da Ecologia enquanto ciência pelo biólogo alemão Ernst Haeckel, no final da década de 1960, demonstra a existência desta preocupação com o meio natural.

Os combustíveis fósseis como o petróleo e o carvão mineral foram determinantes para as transformações ambientais já que foram e são utilizados até hoje como a principal fonte de energia em várias indústrias. Outros fatores como os processos de urbanização acelerada; a desigual distribuição demográfica; a expansão do uso de energia nuclear; o consumo exagerado de recursos não-renováveis; a contaminação dos recursos naturais; o desflorestamento; a proliferação do efeito estufa e a redução da camada de ozônio, entre outros, têm chamado a atenção do mundo para esta realidade.

No Brasil, os problemas ambientais começaram a ser debatidos com mais força no final da década de 1970, durante o governo militar. Nesse período o Estado criou diversas instituições para regular o meio ambiente como a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Desde então surgiram secretarias do meio ambiente em todo o país, conselhos de todo tipo, além de revistas, jornais, rádios, TVs, sites e blogs que passaram a tratar o assunto.

Os veículos de comunicação têm um papel crucial na divulgação dos acontecimentos. É através deles que as pessoas tomam conhecimento dos fatos que estão acontecendo em sua região, em seu país e no mundo.

Com a evolução dos meios de comunicação, as diversas mídias ampliam seu potencial para constituírem-se como elementos importantes na formação de uma opinião pública consciente no que se refere às questões ambientais. A imprensa é capaz de informar sobre ações que podem resultar em prejuízo à qualidade de vida. Além disso, muitas campanhas sociais só se tornam visíveis através da mídia em geral. Outro fato que coloca o jornalismo como um dos pilares da comunicação face à qualidade de vida é o compromisso que deve assumir de prestação de serviços à população.

Como o Brasil detém a maior diversidade biológica do planeta, uma vez que abriga aproximadamente 20% de todas as espécies animais do mundo, a discussão deste tema no território brasileiro pelos governantes é imprescindível para o equilíbrio dos seres vivos em todo o globo terrestre.

De cada cinco espécies vegetais presentes na Terra, uma está no Brasil. O país é dono de sete biomas² (zonas biogeográficas distintas), entre eles a maior planície inundável (o Pantanal) e a maior floresta tropical úmida do mundo (a Amazônia). Entretanto, a cada dia que passa estas áreas estão sendo cada vez mais degradadas por conta dos interesses egoístas ligados ao capitalismo.

Levando em conta as peculiaridades brasileiras, já que a forma como se trata a natureza aqui tem efeitos planetários, o objetivo deste trabalho é analisar como uma nova mídia, representada pela *Folha de São Paulo Online*, repercutiu a maneira como os principais candidatos à presidência do Brasil em 2010 trabalharam a pauta ambiental em seu discurso eleitoral.

1 Nova ética e a questão ecológica: o meio ambiente como preocupação mundial

Marcelo Barros (2006), em texto publicado em nome do Instituto Terra Azul, do Ceará, lembra que o prefixo dos termos economia e ecologia é o mesmo. *Economia* (do grego *oikos* = casa – entendida também como unidade produtiva e *nomia* = regra / lei / por extensão, administração) em sentido mais profundo, significa a norma de administração da casa comum

² Biomas brasileiro: Amazônia, Mata Atlântica, Pantanal, Cerrado, Caatinga, Campos Sulinos e Zona Costeira

de todos para que todos possam nela viver dignamente. Ecologia, introduzida em nosso vocabulário por Ernest Haeckel, em 1866, seria o estudo da economia da natureza, ou seja, o estudo da relação entre os seres vivos (animais, plantas...) com o seu ambiente. Paradoxalmente, hoje a economia tornou-se justamente o contrário de seu significado original. Dentro do universo de um mercado cada vez mais excludente, como o que caracteriza o do capitalismo contemporâneo, não há como não concordar com Barros (2006), para quem inexistia possibilidade de uma Ética Ecológica e Solidária. De fato, se a destruição do meio ambiente acompanhou o desenvolvimento da economia industrial, as políticas neoliberais determinantes da atual fase desse desenvolvimento só fizeram intensificar o divórcio entre economia e ecologia.

O mais grave é que a sociedade industrial moderna, altamente predatória, não foi capaz de corrigir-se nem mesmo em regimes políticos contrários à economia de mercado. Não só nações capitalistas, mas também as socialistas entraram em um processo de deterioração da natureza cujas conseqüências para o futuro dos seres vivos ainda não foram totalmente dimensionadas.

Com a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII, o volume da produção aumentou significativamente, o que gerou um ligeiro crescimento econômico. Nesse período, a população cresceu tão rapidamente que várias pessoas migraram do campo para os centros urbanos em busca de melhores trabalhos e condições de vida.

Desde então, os problemas ambientais já se colocavam. Como os combustíveis fósseis se tornaram a base da atividade industrial, o carvão mineral e os derivados do petróleo começaram a ser largamente utilizados como fontes de energia na indústria. O aumento de seu uso pelo homem foi determinante para as transformações ambientais, sem que os problemas decorrentes dessas mudanças merecessem o devido espaço nas discussões públicas. Foi no século XX, na década de 1970, que começaram a surgir debates em relação às questões ambientais: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972); o Relatório Meadows (1972) sobre os limites do crescimento e relatórios subsequentes (Tinbergen, Laszlo, Bariloche); o surgimento do paradigma teórico da ecologia política constituíram marcos dessa caminhada. Todavia, foi a partir de 1980, que a problemática ambiental realmente ganhou a atenção do mundo. As questões do meio ambiente, relacionadas com o esgotamento das riquezas naturais, poluição, medo da destruição e receio

de perda da qualidade de vida realmente se tornaram uma preocupação global. No mundo ocidental houve a proliferação de movimentos sociais a partir de iniciativas realizadas por ONGS, associações ambientalistas, empresas que se preocupam com a preservação ambiental, além de políticas estatais voltadas para o meio ambiente.

Gomes (2006) ressalta a importância do estabelecimento de uma nova ética nesse campo. Ele propõe uma ética que seja administrada por um sentimento de pertença mútua entre todos os seres e que esteja fundamentada na responsabilidade e na solidariedade com o futuro. Conforme afirma, para isso devemos nos preocupar em ter um relacionamento equilibrado entre natureza e o ser humano, para que o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado possa ser assegurado às futuras gerações.

Segundo Brugger (1999), na década de 1970, predominava no “inconsciente coletivo” mundial a opinião de que a crise ambiental era resultado do esgotamento dos recursos naturais, da poluição, das mudanças climáticas, da extinção de espécies, entre outros fatores. Os aspectos sociais dessa crise não eram debatidos.

Brugger (1999) afirma que a atual crise ambiental é, na verdade, muito mais a crise de uma civilização do que uma crise de gerenciamento da natureza, facilitando a constatação de que nunca antes, na história, os seres humanos tiveram em termos planetários o poder destruidor que têm na sociedade industrial.

Na humanidade ainda não há um consenso sobre o ritmo de desenvolvimento suportável pelo planeta. Anualmente os oceanos recebem bilhões de toneladas de produtos poluentes, como óleos, esgotos, produtos venenosos e substâncias radioativas. As indústrias, junto com os veículos, lançam gases poluentes na atmosfera, o que gera chuva ácida e afeta diretamente a camada de ozônio. A exploração inadequada dos recursos naturais destrói florestas, solos férteis e causa a extinção de centenas de seres vivos.

Brugger (1999) lembra estudos abrangentes que mencionam o fato de que quedas de grandes civilizações foram provocadas devido a gestões inadequadas dos ecossistemas e dos recursos naturais. Por exemplo, há “quem defenda que a queda da civilização Maia se deveu à “erosão” da base econômica do sistema, por causa da degradação dos recursos naturais.” (BRUGGER, 1999, p.16)

Muitos afirmam que “a extinção de espécies que ocorre hoje no mundo inteiro promete ser pelo menos tão grande quanto a extinção massiva que ocorreu no fim da era dos dinossauros”. (LINDEN *apud* BRUGGER, *Educação ou adestramento ambiental?*, p.92).³

1.2 Problemas ambientais no Brasil

Pádua et al. (1992) buscam explicar, através do recurso a fatos históricos, as origens da ecologia política no Brasil. Segundo seu texto, os problemas ambientais brasileiros são mais antigos do que se imagina. Começaram desde seu descobrimento.

A expansão colonial é considerada uma das responsáveis pela degradação ambiental brasileira. Como exemplo, pode-se mencionar a exploração indiscriminada do pau-brasil pelos portugueses, que acarretou a extinção de animais e plantas, além da improdutividade de grandes áreas exploradas. O cultivo da cana de açúcar que destruiu a mata atlântica ou o ciclo do café que utilizou a lógica predatória de eliminar florestas para transformar o espaço em lavoura, eliminando mais florestas assim que a terra dava sinais de esgotamento, são outros exemplos, entre tantos.

Como o Brasil é considerado o país de maior diversidade biológica do planeta, pois abriga cerca de 20% de todas as espécies animais do mundo, a forma como se trata a natureza aqui tem efeitos planetários. Portanto, infelizmente, embora ainda haja importantes áreas a preservar, o processo de degradação ambiental que não se interrompeu, coloca o país – considerando nações de renda média e alta – entre os mais afetados negativamente pela devastação, segundo informa Pádua et al (1992). Uma devastação selvagem das florestas e uma monocultura irracional estão transformando, de maneira irremediável, diversas regiões brasileiras.

A projeção de uma sociedade extremamente desigual, construída por diferentes circuitos sócio-econômicos tem consequências muito negativas para o meio ambiente. Detritos humanos e industriais, resíduos de agrotóxicos usados na agricultura, gases de veículos, falta de saneamento básico, esgotos jogados diretamente nos rios, entre outros problemas,

³ LINDEN, Eugene. “The death of birth / what on Earth are we doing?” Time, 16-19, 02 jan.1989

provocam situações de grande vulnerabilidade para o meio ambiente, uma vez que comprometem as águas, o ar, o solo e os subsolos. Outros fatores que ameaçam a biodiversidade brasileira são a caça predatória e ilegal, a derrubada de florestas, as queimadas, a destruição dos ecossistemas para loteamento, a chamada biopirataria - saída ilegal de material genético ou subprodutos de plantas e animais para pesquisas sobre novos medicamentos e cosméticos no exterior, sem o pagamento de patentes. Todas as causas descritas põem em risco a sustentabilidade dos ecossistemas e, por consequência, da própria qualidade de vida.

1.3 O Brasil e a causa ambiental

No Brasil, os primeiros movimentos ambientalistas surgem como reação às consequências danosas das grandes plantações de café e de cana de açúcar, além de outros problemas originados no período colonial. Entretanto, segundo Brugger (1999), foi na década de 1970, no contexto da ditadura militar, que o movimento ecológico emergiu de forma mais clara. Isso se deveu ao fato que, a nível mundial, eclodiram movimentos em torno da questão ambiental, levando as instituições estrangeiras a imporem exigências para a realização de investimentos no Brasil. Sem preservação, não haveria investimento. Então, antes que aqui se houvesse enraizado um movimento ecológico, o Estado criou diversas instituições para regular o meio ambiente, a fim de receber os recursos externos.

Em 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). Em 1981, a Lei 6.938 instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, criando o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Outro fator que contribuiu para o surgimento dos movimentos ecológicos no país foi o retorno de exilados políticos no final da década de 1970. Essas pessoas, que haviam sido obrigadas a deixar o Brasil por causa da ditadura, vivenciaram os movimentos ambientalistas europeus e trouxeram grande enriquecimento à causa no país.

A ECO'92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada na cidade do Rio de Janeiro, tornou-se um marco histórico no início da última década no século XX. O evento que contou com a presença de vários chefes de Estado do mundo e teve como objetivo chamar a atenção da humanidade para se conscientizar sobre a

necessidade de repensar as relações de convivência entre homem e natureza, pobres e ricos, e de lutar pela sobrevivência do planeta, impulsionou o crescimento da Comunidade Ambiental Brasileira. De uma forma geral, vários setores começaram a discutir e a tratar do tema.

1.4 Nova ética e educação

Vivemos uma crise de valores em diferentes setores da nossa sociedade, o que contribui para a ameaça ao meio ambiente. A demanda de recursos é cada vez maior, em detrimento dos recursos disponíveis, que são finitos. Segundo Gomes (2006), a busca da sociedade contemporânea deve tentar desprender-se da visão antropocêntrica de mundo que permite ao ser humano dominar a natureza e dela se utilizar para satisfazer suas necessidades.

Nessa busca, a educação tem papel essencial. Sua história tem sido marcada pela transformação de valores de que cada sociedade se apropria. Hoje, da mesma forma, assiste-se a uma disputa acerca dos princípios que devem nortear a educação vinculada à questão ambiental.

Segundo Souza (2003), foi durante a Eco'92, por meio do “Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, que se reafirmou o compromisso da educação ambiental no Brasil.

O Tratado considera a educação ambiental, voltada para a sustentabilidade, como um processo de aprendizagem permanente baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação tem como característica a afirmação de valores e ações que contribuam para a transformação humana e social e para a preservação ecológica.

A expressão “desenvolvimento sustentável” abrange uma dimensão política e ética e o gerenciamento sustentável dos recursos naturais. Esse termo tem sido reivindicado por diferentes setores sociais, como maneira de minimizar ou mesmo diminuir a atual crise ambiental do planeta. Ele começou a ganhar destaque a partir da década de 1980, depois que passou a ser utilizado em documentos importantes como o *Relatório Brundtland*, de 1987. A denominação está associada a uma suposta nova visão de mundo que abrange a economia, política, ecologia e educação.

Segundo Brugger (1999), na expressão “desenvolvimento sustentável”, a palavra sustentável está dentro da nova ética ambiental e se refere de maneira geral à natureza homeostática (estado de equilíbrio do organismo vivo em relação às suas várias funções e à composição química de seus fluidos e tecidos) dos ecossistemas naturais; à sua autoperpetuação. Nesse sentido, o termo desenvolvimento sustentável deve invocar uma nova ética que redefina o que seja bem-estar material e espiritual, revertendo o presente estado de degradação da vida.

Conforme Brugger (1999), na nova ética, os conceitos hegemônicos de meio ambiente, ciência, tecnologia e educação (englobando todas as vias de formação do conhecimento) devem passar por uma profunda revisão epistemológica, pois se encontram, no quadro atual, associados às causas da degradação da vida, na medida em que alicerçam o sistema de produção dominante.

Em nome da produtividade, tem sido possível matar, torturar, pôr em risco a saúde de milhares de seres vivos, devastar a biosfera. A conservação e a preservação da vida se dá não pelo direito à vida, mas pela utilidade prática que se possa ter em decorrência desse ato. Os motivos são egoístas. Em uma cultura na qual a ciência se tornou uma grande força produtiva, tudo se justifica em nome do progresso. Essa é a chamada ciência dos horrores. De acordo com Brugger (1999), em parte isso se deve ao fato de nossa cultura ter sido construída historicamente em oposição à natureza. A destruição direta da natureza, com a constante valorização dos ambientes construídos e virtuais, de um lado, e a natureza tornada objeto de preservação e conservação, do outro, demonstram que em ambos os casos a natureza é algo externo a nós, do qual não fazemos parte. “Os problemas ambientais que temos hoje são em grande parte decorrentes desse lado feio da ciência”. (BRUGGER, 1999, p.147).

A falta de ética não se restringe a cada indivíduo, mas faz parte de uma lógica que abrange a sociedade como um todo. Estamos vivendo um período na história marcado pela transição de valores éticos. Para o resgate da ética, no que tange à questão ambiental, é essencial fazer uma revisão dos conhecimentos que construímos através da cultura que molda a nossa história.

Segundo Brugger (1999), é preciso que os seres humanos se apropriem politicamente da expressão “desenvolvimento sustentável” para que ela não se transforme em um eufemismo capaz de ocultar uma “maquiagem verde”, ou seja, as mesmas estruturas que vêm causando a

degradação da vida. Com isso, uma das metas da educação para o meio ambiente é promover o desenvolvimento para uma sociedade sustentável.

No mesmo sentido, Gomes (2006) considera que a consciência ecológica deve ser inserida na visão de mundo da coletividade por meio de uma educação ambiental que esteja pautada na ética ambiental.

A educação é um ato político que tem a capacidade de mudar uma sociedade, além de ser também uma forma de ascensão social. Dentro desta perspectiva, o mal é considerado fruto da ignorância; logo, conhecer o “meio ambiente” é uma solução para defendê-lo.

2 Comunicação e meio ambiente

A influência da informação está ligada ao poder de interferir e reorientar as relações sociais. É através dos diversos meios de comunicação, como jornais, revistas, rádio, tv e internet que a população toma conhecimento de questões variadas, entre as quais os problemas ambientais que, antes, só circulavam em espaços restritos, reservados à comunidade científica, expostos em seminários e em publicações especializadas, como revistas técnicas e livros.

A participação dos meios de comunicação, nesse processo, aumenta em importância se consideramos que no decorrer dos séculos o conhecimento dos fenômenos foi sendo sucessivamente substituído: ao invés de informação em primeira mão, as pessoas passaram a conhecer o mundo através da informação “vicária”, ou indireta. (Silva *apud* BUENO, *Meio Ambiente e Meios de Comunicação*, p.26).⁴

A comunicação de massa é responsável pela imagem que fazemos do mundo exterior. Essa visão se dá de acordo com a cultura, convivência social e experiência que são internalizadas pelo indivíduo ao longo do tempo. É a partir dos *mass média* que se consolidam opiniões sobre o mundo.

O famoso relatório do Clube de Roma, “Limites do crescimento” (1972), concluía pela inviabilidade de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração ilimitada dos recursos naturais do planeta. A história dos meios de comunicação ligada à questão ambiental evoluiu

⁴ SILVA, Carlos Eduardo Lins da (coord.) *Ecologia e Sociedade*. São Paulo, Loyola, 1978.

nitidamente a partir deste momento. Foi nesse período que os veículos de comunicação saíram da postura do silêncio total em relação ao tema.

A Carta de Belo Horizonte, aprovada durante o Green Press (1992), enfatiza que a comunicação é o principal instrumento para se compreender a sociedade de nosso tempo, caracterizada pela emergência de uma comunidade global, interligada, e interdependente.

De acordo com Kunsch; Dencker (1996), o plano ético defende a informação sobre questões ambientais e de desenvolvimento como fundamentais, uma vez que o que está em jogo é o futuro da humanidade. Isto significa ausência de censura e de outros controles na informação e o direito do público em participar das decisões políticas da comunicação. É dever da imprensa informar sobre práticas lesivas ao meio ambiente, denunciando-as antecipadamente sempre que possível, e contribuir para a educação sobre problemas ambientais. São ainda deveres da imprensa expressar a pluralidade de opiniões em matérias controversas e proporcionar ao público um retrato claro, preciso e não fragmentado da realidade.

Na mesma obra (Kunsch; Dencker, 1996), os autores lembram que os temas sobre ecologia e meio ambiente há muito estão presentes nas pautas do jornalismo. No Brasil, por exemplo, o assunto ganhou espaço num livro famoso – *Os Sertões*, do jornalista e escritor Euclides da Cunha. Nele, o autor realiza o que se convencionou chamar depois de jornalismo ecológico, uma vez que trata as questões do meio ambiente sem desassociá-las do homem, buscando dar consistência às informações, por meio do conhecimento técnico e científico disponível na época.

A imprensa vem-se constituindo como elemento poderoso na formação da opinião pública no que se refere às questões ambientais. Ela é capaz de informar sobre ações que podem resultar em prejuízo à qualidade de vida. Além disso, muitas campanhas sociais só se tornam visíveis através da mídia em geral. Outro fato que coloca o jornalismo como um dos pilares da comunicação face à qualidade de vida é o compromisso que deve assumir de prestação de serviços à população.

De acordo com Kunsch; Dencker (1996), no Brasil, há três tipos principais de cobertura jornalística sobre questões ambientais: as matérias baseadas em denúncias; as que apresentam propostas de solução para problemas ambientais; e as que se prestam à divulgação de assuntos

como ninchos ecológicos (modo de vida de cada espécie no seu habitat), parques e reservas florestais. Dos três, convém observar, na imprensa brasileira, o destaque costumeiro dado às denúncias e à abordagem política que privilegia fontes oficiais, em oposição às abordagens sociais, econômicas, e principalmente científicas.

3 A metodologia de análise da cobertura da *Folha de S. Paulo Online*

O presente trabalho se propôs observar de que modo a pauta ambiental, inserida no discurso dos principais candidatos (Dilma Rousseff - PT, José Serra - PSDB e Marina Silva – PV) à presidência brasileira de 2010, foi tratada por um importante veículo de comunicação nacional.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram analisadas mais de 80 matérias informativas referentes aos candidatos no sítio da *Folha*, em especial no menu *Poder*, que é um segmento do site destinado especialmente à cobertura política. O material foi coletado em duas etapas: primeiro e segundo turno. A primeira fase teve início no dia 18 de agosto, e término em 14 de setembro. Já a segunda, compreendeu a semana que vai do dia 05 a 11 de outubro, e a semana do dia 20 a 26 de outubro.

Inicialmente, a coleta das matérias para a pesquisa compreenderia apenas o primeiro turno das eleições. Entretanto, como a candidata Marina Silva (PV) obteve expressivo número de votos, o que foi decisivo para levar a disputa para o segundo turno, decidiu-se também analisar duas semanas deste período.

Na primeira etapa optou-se por começar a coleta dos dados depois do início oficial da propaganda eleitoral que se deu no dia 04 de agosto, quando a campanha já estaria engrenada e seu encaminhamento mais definido. O objetivo inicial foi que a análise compreendesse um período de dois meses (agosto e setembro), para verificar possíveis mudanças no discurso dos candidatos de um mês para o outro, que tivessem sido apreendidas pelo veículo analisado e a relevância dada ao tema meio ambiente em fases mais decisivas da campanha, uma vez que o término da análise se deu faltando apenas 18 dias para a data das votações.

Como no segundo turno os candidatos possuem menos de um mês para realizarem sua campanha eleitoral, a decisão foi analisar apenas duas semanas dessa fase para verificar se os

candidatos Dilma Rousseff e José Serra trabalharam em seu discurso a questão ambiental e como o jornal repercutiu suas manifestações.

Conclusão

Ao fim deste trabalho de pesquisa conclui-se, através da análise da *Folha de S. Paulo Online*, que durante o primeiro turno das eleições presidenciais de 2010, o jornal não destacou qualquer manifestação dos candidatos Dilma Rousseff e José Serra que mostrassem sua preocupação com o meio ambiente. Apenas a candidata Marina Silva foi relacionada a esse tema.

A levar em conta apenas a publicação analisada, Marina Silva teria sido a única candidata a discutir a pauta ambiental durante o primeiro turno. De fato em função de sua trajetória política e da bandeira mais importante de seu partido seria de se esperar maior atenção de sua parte às questões ecológicas. Acompanhando as matérias, o leitor (e eleitor) pode verificar que ela tratou sobre os desmatamentos, as emissões de dióxido de carbono (CO₂), as enchentes ocorridas por conta da degradação ambiental e da falta de políticas sérias de prevenção nos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e na região do Nordeste. Defendeu a sustentabilidade e a tecnologia na área de bioenergia, que tem como objetivo transformar resíduos (biomassa) em insumos químicos e energia. Condenou também a proposta apresentada pela direção da Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina) de formular leis ambientais diferentes para cada Estado.

Enquanto isso, conforme a *Folha Online*, os outros dois candidatos deveriam ser identificados a outras preocupações, já que as matérias sobre eles só os apresentaram discutindo impostos, saneamento, setor elétrico, educação, liberdade de imprensa, drogas, segurança pública, economia, projetos como o Minha casa minha vida e o Bolsa família – assuntos cruciais para o futuro do país, mas deixando de lado a temática do meio ambiente.

Devido à atenção que atualmente o mundo tem dado a esse assunto, uma vez que, em função das atividades humanas vários locais foram e estão sendo destruídos a cada dia, o que acarreta seriíssimos problemas de degradação ambiental que compromete os recursos naturais e todas

as condições de vida do planeta, esperava-se que os candidatos Dilma Rousseff e José Serra tratassem mais este tema na primeira fase das eleições.

Dilma, Serra, e inclusive Marina deveriam ter trabalhado de maneira mais densa a questão do meio ambiente no Brasil, uma vez que nossa diversidade de fauna e flora está completamente ameaçada, ao invés de terem priorizado durante toda a eleição o ataque aos seus adversários.

Segundo o relatório divulgado em 2000 pela ONG WWF, o desmatamento na Amazônia já atinge 13% de sua cobertura original. Já a Mata Atlântica possui apenas 9% de sua cobertura da época do descobrimento. Por ano o Brasil lança na atmosfera o equivalente a 1,5 bilhões de toneladas de CO₂. De acordo com o IBGE há pelo menos 330 espécies e subespécies ameaçadas de extinção no país. O lixo jogado em áreas impróprias é outro problema. Além de contaminar os solos, causa alagamento uma vez que entope bueiros, entre outros.

Uma das hipóteses que levou a disputa das eleições presidenciais para o segundo turno foi o avanço de Marina. Este fato pode ter sido um indicativo de que a população brasileira possa estar mais atenta à discussão desta temática.

No segundo turno, disputado pelos candidatos Dilma Rousseff e José Serra, que teve início no dia 04 de outubro de 2010, houve um aumento significativo do número de matérias em relação ao meio ambiente. Entretanto, percebe-se que os candidatos passaram a discutir a questão ambiental não porque consideram este assunto primordial para o futuro do país, e sim porque queriam conquistar os eleitores que votaram na candidata verde no primeiro turno. Algumas manchetes da *Folha* chegaram a explicitar o objetivo que Dilma e Serra teriam de conquistar os votos de quem votou em Marina. Em muitas notícias, por exemplo, os candidatos tratavam do tema ambiental e citavam o nome da candidata verde no meio do discurso.

No segundo turno, até mesmo quando os candidatos estavam tratando de temas ligados a outras áreas como economia, obras, entre outros, faziam questão de inserir a pauta ambiental no meio do discurso, demonstrando que caso assumissem o governo, desenvolvimento e meio ambiente andariam juntos, ou seja, contradizendo o juízo de valor atribuído por Marina a Dilma Rousseff e José Serra durante o primeiro turno quando disse que ambos os candidatos opunham meio ambiente e crescimento econômico.

Foram vários os assuntos ligados ao meio ambiente em que os candidatos no segundo turno mostraram sua preocupação: emissão de CO₂; desmatamento, principalmente na região da Amazônia e do cerrado; preservação permanente; clima; ou seja, os mesmos temas ambientais trabalhados por Marina no primeiro turno.

Um outro problema que encontramos nos dois turnos foi em relação a qualidade das matérias que faziam referência ao meio ambiente. Como o jornalismo é responsável pela divulgação dos acontecimentos e tem o poder de influenciar uma fatia muito grande da sociedade, o portal da *Folha* deveria ter cobrado um maior posicionamento dos candidatos neste assunto ao invés de ter dado tanto destaque às acusações que os concorrentes fizeram entre si, que em nada acrescentavam ao eleitor.

As matérias não aprofundam o tema ambiental e o jornal perde a oportunidade de acrescentar elementos para a reflexão do leitor. A *Folha de S. Paulo Online* perdeu a oportunidade de divulgar pensamentos como o de Barros (2006), para quem a ética ecológica consiste em superar a relação de dono e proprietário da terra, dos animais e das plantas para a relação de que a sociedade é zeladora da comunidade à qual pertencem.

O jornal não explorou o conteúdo da expressão “desenvolvimento sustentável” que abrange uma dimensão política e ética, e o gerenciamento sustentável dos recursos naturais e nem o fato de que a denominação está associada a uma suposta nova visão de mundo que abrange a economia, política, ecologia e educação.

Segundo Figaro (2000), o papel da imprensa no estabelecimento da agenda pública durante o período eleitoral está deixando a desejar, uma vez que ela tem aceitado as informações que lhe chegam e, em muitos casos, não tem destacado assuntos pertinentes para o futuro do país. Como colocou Mauro Wolf (2001), a mídia influencia na realidade social das culturas. Assim, os meios de comunicação devem dar a devida atenção a assuntos tão importantes como o ambiental.

Bibliografia

ANGERAMI, Luiz Fernando Ramos. **Meio Ambiente e Meios de Comunicação**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Annablume, 1996. p. 156.

BARROS, Marcelo. **Ética, Ecologia e Solidariedade**. Disponível em: <<http://www.terrazul.m2014.net/spip.php?article406>>. Acesso em: 29 agosto 2010

BRUGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?**. 2ª Ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p.159.

DW-WORLD.DE. Disponível em:
<<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,6058841,00.html?maca=bra-rss-br-all-1030-rdf>>.
Acesso em: 01 novembro de 2010

Ecoterra Brasil. Disponível em:
<<http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=temas&tipo=temas&cd=136>>
Acesso em: 25 agosto de 2010

FÍGARO, Roseli. **Propaganda eleitoral, jornalismo e construção da agenda pública**. Revista Comunicação e Educação: São Paulo, (19): 66 a 81, set./dez 2000.

GIODA, Adriana. Disponível em:
<http://www.terrabrasil.org.br/noticias/materias/pnt_problemasamb.htm>. Acesso em 01 novembro de 2010.

GOMES, Daniela Vasconcellos. **Educação para o consumo ético e sustentável**. Fundação Universidade Federal do Rio Grande: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, 2006. p. 31. Disponível em:
<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol16/art02v16.pdf>. Acesso em: 20 setembro 2010.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Paulus, 2004. p. 451.

GONÇALVES, Marcos Peixoto Mello. **Ética do meio ambiente**. Revista "MUNDO e MISSÃO". Disponível em: <http://www.pime.org.br/mundoemissao/ecoletica.htm>. Acesso em: 21 agosto de 2010

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. 1ª Ed. São Paulo: Summus, 1997. p. 147.

KUCINSKI, Bernardo. Disponível em:
<http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/jornalismo_alem_fornteira.pdf>. Acesso em: 31 outubro de 2010

KUNSCH, Margarida Maria Krohling; DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Comunicação e meio ambiente**. 1ª Ed. São Bernardo do Campo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 1996. p. 216.

LIMA, Gustavo F. da Costa; PORTILHO; Fátima. **Sociologia ambiental: formação, dilemas e perspectivas**. Disponível em: <<http://www.uff.br/lacta/publicacoes/fatima1.htm>>. Acesso em: 12 novembro de 2010

MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MELO, José Marque de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 1ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. p. 166.

SOUZA, Roosevelt Fideles. **Um pouco da história, finalidades, objetivos e princípios da educação ambiental**. Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, 2003.

Disponível em:

<http://www.nima.pucRio.br/sobre_nima/projetos/caxias/material_de_apoio/Planos%20de%20aula/Apostila%20do%20Prof.%20Roosevelt.pdf>. Acesso em: 10 setembro 2010.

PÁDUA, José Augusto; VIOLA, Eduardo J. et ali. **Ecologia e política no Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1992. p. 211.

TRAQUINA, Nelson. **O que é Jornalismo**. 2ªed. Lisboa: Quimera, 2007. p.223.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 8ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.295.